

**CAMPOS, AGENTES E RELAÇÕES DE PODER: UM ESTUDO SOBRE AS ORIGENS DO
DISTRITO DE PRIMAVERA-SP**

*FIELDS, AGENTS AND POWER RELATIONS: A STUDY OF THE ORIGINS OF THE
PRIMAVERA'S DISTRICT, IN THE STATE OF SÃO PAULO, BRAZIL*

*CAMPOS, AGENTES Y RELACIONES DE PODER: UN ESTUDIO SOBRE LOS ORIGENES DEL
DISTRITO DE PRIMAVERA-SP*

Elisângela Domingues Michelatto Natt
ellisdomingues@hotmail.com
UEM

Elisa Yoshie Ichikawa
eyichikawa@uem.br
UEM

CAMPOS, AGENTES E RELAÇÕES DE PODER: UM ESTUDO SOBRE AS ORIGENS DO DISTRITO DE PRIMAVERA-SP

Resumo

O Distrito de Primavera, pertencente ao município de Rosana, no estado de São Paulo, nasceu como uma vila operária para abrigar os operários que iriam trabalhar na construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. Sua história é permeada por profundos conflitos, inicialmente de origem fundiária, e que foram se transfigurando ao longo do tempo. A partir dos conceitos envolvidos na Teoria dos Campos, de Pierre Bourdieu, neste artigo, pretendemos interpretar as relações de poder instauradas entre os agentes que deram origem à instalação do Distrito. Os dados coletados mostram que são vários os agentes envolvidos nessas relações de poder, e notadamente o Poder Público, a CESP e a Camargo Corrêa foram dominantes nesse campo. A relação entre os dominantes e dominados proporcionou uma integração ilusória da sociedade em seu conjunto, o que promoveu no campo a falsa sensação de consciência.

Palavras-chaves: Primavera-SP, Teoria dos Campos, relações de poder, poder simbólico, agentes.

Abstract

The Primavera District, in the municipality of Rosana, São Paulo State, emerged as a workers' village to accommodate the workers who would work in the construction of the Power Plant Hydroelectric Engineer Sérgio Motta. Its history is pervaded by deep conflicts, at first source land tenured, and eventually transforming itself throughout time. From the concepts enveloped in Pierre Bourdieu's theory of fields, this article was intended to interpret the power relations between agents that led to the installation of the District. The data collected shows that there are many agents involved in these power relations, and notably the Government, CESP and Camargo Corrêa were dominant in this field. The relationship between dominant and dominated provided an illusory integration of society in its entirety, which promoted a false sense of consciousness within the field.

Keywords: Primavera's District; Theory of Fields; Power relations; Symbolic power; Agents.

Resumen

El Distrito de Primavera, pertenece al municipio de Rosana, en el Estado de São Paulo, nació como un pueblo operario para albergar a los trabajadores que iban a trabajar en la construcción de la Usina Hidroeléctrica Ingeniero Sérgio Motta. Su historia es atravesada por profundos conflictos, inicialmente de origen de fundos y que se fueron transformando a lo largo del tiempo. A partir de los conceptos envueltos en la Teoría de los Campos, de Pierre Bourdieu, el objetivo de este artículo fue interpretar las relaciones de poder introducidas entre los agentes que dieron origen a la instalación del Distrito. Los datos recogidos muestran que son varios los agentes involucrados en esas relaciones de poder, y claramente el Poder Público, la CESP y la Constructora Camargo Correa fueron dominantes en ese campo. La relación entre los dominantes y dominados ha proporcionado una integración ilusoria de la sociedad en su conjunto, lo que ha promovido, en el campo, la falsa sensación de conciencia.

Palabras clave: Primavera-SP, Teoría de los Campos; Relaciones de Poder; Poder Simbólico; Agentes.

1 INTRODUÇÃO

A busca por fontes de energia, capazes de atender a demanda universal por maior capacidade produtiva de bens fez com que a humanidade fosse fortemente impactada pelos ditos avanços tecnológicos. A emergência em potencializar os fatores de produção incide sobre o Brasil principalmente a partir dos anos sessenta. A mudança experienciada pelos brasileiros trouxe muitas transformações e, a partir da tomada do poder por parte dos militares, permeada por justificativas pautadas na emergência pela industrialização, o País experimentou um misto de avanço e retrocesso. Ao mesmo tempo em que se investia fortemente em super e infraestrutura, também era vivido um dos momentos mais difíceis da sociedade brasileira, em que foram perdidos os direitos de cidadania.

A partir desse contexto, em que inovação e cerceamento de direitos dividem o mesmo foco, obras gigantescas, caras e dispendiosas tomaram o País (SANTOS, 2006). Entre essas obras, estão as hidrelétricas consideradas necessárias para uma possível integração com o mercado internacional. Assim, reorganizou-se o espaço brasileiro, tanto no que se refere às questões econômicas, quanto às questões socioculturais e ambientais. A intencionalidade, exclusivamente mercantil, não vislumbrou as mazelas que poderiam surgir a partir de uma transformação tão drástica e repentina do cenário brasileiro. As obras hidrelétricas estão entre as transformações mais impactantes para a sociedade. No entanto, são vistas quase que exclusivamente como a melhor alternativa para resolver o problema da geração de energia.

Nesse sentido, difunde-se amplamente tratar-se de uma forma de geração de energia limpa, isto é, sem causas prejudiciais ao princípio antrópico. Essas obras são encaradas como fonte de melhorias e geração de empregos para a população local e estão pautadas em tentativas de impor as ideias mercantis à sociedade. Hoje, talvez mais do que já se difundira em outro momento político-econômico, o tema hidrelétrica é difundido como necessário e insubstituível. Como afirmam Tsukumo (1994) e Vianna (2006), porém, a implantação desses projetos muda significativamente a história de uma região, e a população tende a se organizar em volta dessas obras, seja pela oferta de trabalho, seja pela atenção política direcionada às áreas em que se desenvolvem. Comumente, são construídas vilas operárias necessárias para a alocação de pessoal suficiente para o desenvolvimento do projeto.

Desde pequenos espaços planejados para atender às necessidades básicas da população alocada na construção desses grandes empreendimentos, até os distritos - verdadeiras cidades - incorporados a municípios mais próximos às referidas instalações,

inúmeras mudanças podem ser observadas. Bortoleto (2001) aponta a significativa mudança na estrutura urbana, devido ao grande número de pessoas atraídas pela intensificação no fluxo de capital nessas regiões.

Na busca pela compreensão das questões simbólicas que abarcam aspectos reais e imaginários envolvendo as transformações ocasionadas por uma grande obra, como é o caso das hidrelétricas, assumimos, neste artigo, os riscos implicados na tentativa de desvelar os símbolos constituídos a partir de ideias e sentimentos. Pautando-nos na afirmativa de Faria (2007), que definiu a problemática simbólica como algo que tem significação e representações conscientemente direcionadas, consideramos que a unidade mínima do simbólico é o significante, tendo como característica intrínseca o fato de não emergir de forma isolada, estando sempre ligado a outros significantes.

Esses significantes, segundo Bourdieu (2008c), constituem-se como pautas de análise mediadas por elementos identificáveis em classes e classificações, podendo ser desvelados por meio de explorações das classes aos quais estão submersos e a maneira pela qual podem ser classificados. Para cumprir sua proposta de investigação, o autor investiu na transcrição linguística, no intuito de fazer emergirem questões profundas envolvendo confrontos sociais, políticos e simbólicos. A intenção de Bourdieu (2008a) era a compreensão e adequada interpretação de como as lutas classificatórias eram capazes de enquadrar as coisas e os indivíduos sob determinadas denominações e nomeações. Bourdieu (2004) e Faria (2007) apontam que conteúdos simbólicos se encontram na linguagem, nas instituições, no mundo social e, portanto, historicamente constituído, e em todas as coisas que se emaranham com o simbólico, se tornando inerentes às atitudes dos indivíduos.

A partir dos conceitos envoltos na Teoria dos Campos de Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c), buscamos, no presente artigo, interpretar as relações de poder instauradas entre os agentes que deram origem à instalação da vila operária que foi o berço do Distrito de Primavera, município de Rosana, em São Paulo. Esse Distrito foi instalado a partir da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Engenheiro Sergio Motta, e é abordado aqui como o campo a ser analisado. Para compreender as relações de força ali estabelecidas, foi fundamental buscar, nas questões mais profundas, informações que nos possibilitassem, com o máximo de fidelidade, o olhar minucioso acerca das particularidades do campo.

O interesse em investigar por que movimentos tão impactantes se repetem e se multiplicam, ignorando toda a gama de contrários que projetos como esses provocam, surge no intuito de revelar os principais aspectos envolvidos nas relações de poder suscitadas a partir

de movimentos organizacionais de grande impacto social. Compreender como essas obras interferem na vida social comum levou à escolha do Distrito de Primavera como o lugar em que realizaríamos a pesquisa. O lugar mostrou uma riqueza de condições e contemplava aspectos que envolvem significativas relações de poder. A universalidade da Teoria escolhida contribui para o desenvolvimento dos estudos sobre simbolismo organizacional e para a explicitação de conflitos e problemas velados no mundo das organizações. A escolha em trabalhar o tema simbolismo está pautada no fato de que o que se encontra submerso pode revelar informações importantes à compreensão acerca da dinâmica das organizações e sua relação com o mundo social. A singularidade encontrada naquilo que não está explícito pode conter a real essência dos interesses que permeiam as organizações.

Entender essas intenções e esses interesses, bem como compreender como eles se difundem e contribuem para o estabelecimento do mundo social pode ser útil para uma melhor compreensão sobre as organizações e para o desenvolvimento de uma área capaz de revelar conteúdos inéditos e essenciais ao melhor entendimento da dinâmica organização-sociedade. Ao propor esse estudo, buscamos proporcionar uma contribuição à continuidade dos estudos organizacionais sobre simbolismo, promovendo a apreensão de questões imbricadas em sistemas de signos e símbolos, estruturados pelas organizações e também estruturados por elas. Para compreender essa relação estrutural, identificamos os principais capitais em jogo no campo, bem como os agentes e as estratégias para a permanência no campo. A partir das observações, da pesquisa documental e das análises a partir do material coletado, foi possível identificar como principais grupos de agentes constituintes do campo: os ribeirinhos – pessoas que há muito residiam na região e usufruíam de pequenos lotes de terra para a produção agrícola –, os grileiros – pessoas que adentravam na região e expulsavam os moradores antigos a fim de apropriar-se da terra –, a empreiteira Camargo Corrêa – responsável inicialmente pela construção de estradas e ferrovias e, posteriormente, pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Engenheiro Sérgio Motta – e a Companhia Energética de São Paulo (CESP) – responsável pelo projeto, implantação e operacionalização da UHE.

Ao ir à busca do entendimento das relações estabelecidas no campo, observamos que os agentes mencionados foram fundamentais para que Primavera fosse constituída tal como ela é. Nesse sentido, foi necessário conhecer as origens desses agentes no campo em questão, bem como a permanência ou não em suas posições de origem. Para que seja possível a explanação do que encontramos no campo, bem como a maneira pela qual realizamos as análises, desenvolvemos, na sequência, seis seções. A seguir apresentamos as informações

pertinentes ao percurso metodológico adotado na pesquisa. Posteriormente, trataremos dos principais aspectos da Teoria abordada para a sustentação das análises. Logo após esboçaremos uma breve apresentação da história e constituição do Pontal do Paranapanema e também uma quarta seção sobre a constituição do Distrito de Primavera. Em seguida, desenvolveremos as análises sobre as relações de poder estabelecidas no campo e, por fim, apontaremos as considerações finais sobre a pesquisa.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este artigo é a condensação dos resultados gerais de uma pesquisa concluída no ano de 2011. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com corte transversal e perspectiva longitudinal, pois, conforme Vieira (2004), a coleta dos dados ocorreu em um momento específico do tempo, no ano de 2011, e buscou informações que remetiam ao passado.

Utilizamos nesta pesquisa procedimentos característicos da pesquisa social, no intuito de possibilitar o questionamento investigativo, proporcionando o desvelar da realidade (MINAYO, 1994). Esse tipo de pesquisa pode refletir posições frente à realidade e o desenvolvimento da dinâmica social. Dessa forma, é possível identificar as preocupações e interesses de grupos investigados.

Tendo em vista a complexidade do objeto de pesquisa, estabelecemos que seriam seguidos alguns passos iniciais e daí selecionados os elementos da investigação, no sentido de familiarizar-se com o campo. O primeiro passo foi a realização de quatro visitas ao Distrito de Primavera (SP), no intuito de conhecer um pouco o lugar e as circunstâncias visíveis que envolvem o cotidiano de seus habitantes. Nessas visitas realizamos conversas informais, que nos remeteram a uma reflexão sobre que caminho percorrer em busca de esclarecimentos sobre o campo. Esse primeiro momento da investigação mostrou a importância de um aprofundamento no contexto envolvendo a construção e implantação da UHE Engenheiro Sérgio Motta.

Tendo compreendido a importância em retratar a história anterior à construção da Usina, buscamos, então, elementos que contribuíssem para o desvelar da dinâmica constituinte desse universo. Houve o levantamento de materiais que contaram partes importantes da história da região. Eram limitados os registros que disponibilizassem relatos claros sobre os conflitos que envolveram a região do Pontal do Paranapanema. Dentre os

documentos encontrados estavam jornais, livros, artigos científicos, revistas de livre circulação, trabalhos de conclusão de curso, teses de doutorado, dissertações de mestrado, plantas baixas, mapas e fotografias.

Ao analisar esse material, foi possível realizar algumas interpretações acerca das características de constituição do campo. Esses trabalhos nos revelaram importantes elementos cruciais para o processo de constituição das estruturas. A utilização desses materiais apoia-se na visão de Santos (2000), de que a pesquisa documental pode ser realizada em diversas fontes, entre elas, relatórios, cartas, pareceres, fotografias e obras originais de qualquer natureza.

Assim, o presente artigo está pautado em uma coleta baseada em pesquisas documentais e observação, resultando em uma investigação acerca da história do campo, que se deu por meio da leitura de diversos documentos em forma de materiais escritos, figuras e imagens. Essa investigação documental se constituiu como uma técnica valiosa, possibilitando o desvelar de aspectos inerentes ao tema proposto. Para Lüdke e André (1986), esse percurso possibilita a identificação de informações factuais, presentes em documentos e identificáveis a partir de questões ou hipóteses de interesse para a pesquisa. Nesse sentido, a análise documental foi de suma importância para a presente pesquisa que, ao se definir como de característica qualitativa, possibilitou uma análise desveladora, já que, para Corsetti (2006), as fontes escritas e não escritas alicerçam o trabalho de investigação. Todos esses elementos levantados e analisados no presente artigo foram fundamentais para a interpretação e análise das relações de força que perpassam o campo. A seguir, apresentaremos a Teoria dos Campos, de Pierre Bourdieu, fonte de embasamento para a investigação e análise que fundamentou o presente artigo.

3 A TEORIA DOS CAMPOS

Para Bourdieu (2002b; 2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c), os campos são construídos a partir da distribuição dos indivíduos em face da posição que ocupam em determinado espaço social. Trata-se de um espaço de relações objetivas, em que existe a competitividade pela dominação, e as posições são causas e ao mesmo tempo resultados do *habitus*, conforme o que ele indica sobre a classe e a subclasse em que se posiciona o agente. Em suas pesquisas, Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c) procurou demonstrar as propriedades caracterizadoras dos campos. Para ele, esse olhar constitui uma

perspectiva de análise puramente teórica. Esses campos são espaços de luta e de forças que recebem pressão de campos externos, em um movimento em que as posições dos agentes e sua relação com agentes de outros campos vão determinar a intensidade da pressão sofrida.

As relações estabelecidas entre os grupos que se constituem sob as condições e imposições específicas a certas realidades são, para Bourdieu (2004; 2008c), campos de lutas e de conflitos, em que há sempre a intenção, consciente ou não, de lutar pela permanência ou ascensão ao poder. Na tentativa de compreender essas relações, o autor explorou o grau de particularidade inerente a cada campo, formulando conceitos como o de agente, *habitus* e *doxa*, bem como a teoria da ação. Atrelado a esses conceitos, Bourdieu (2009b) defendeu que a estrutura dos campos é demarcada conforme a disponibilidade e a distribuição de capitais entre os agentes. Conforme Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c), esses capitais podem ser de três tipos distintos: o capital de caráter econômico, cultural e social. São esses os principais elementos influenciadores da estrutura e é por meio da disponibilidade e distribuição dos diferentes tipos de capital que as posições e ações no campo se definem e modificam a estrutura e, conseqüentemente, as posições dos agentes. Essa distribuição ocorre conforme a valorização dos capitais nos diferentes campos que, de acordo com Bourdieu (2009b), permite aos agentes investirem o capital que adquiriram nas lutas anteriores em estratégias que dependem da orientação e da posição desse agente nas relações estruturais.

Partindo das premissas do estruturalismo clássico e de suas novas concepções, Bourdieu (2009b) fundou o estruturalismo genético, definido por ele como uma alternativa às formas de análise objetiva dos diferentes campos. Seu método de análise é inseparável da gênese das estruturas mentais que, em parte, são o produto da incorporação das estruturas sociais e, em parte, constituem a gênese das próprias estruturas sociais. Nesse sentido, Bourdieu (2004) elaborou o conceito de agente, mais que simples partículas passivas, que podem ser conduzidas pelas forças do campo, detentores de disposições adquiridas por meio do *habitus*. Os agentes têm maneiras de ser quase permanentes, promovendo, em algumas circunstâncias, ações, movimentos de resistência. Conforme o autor, os agentes são parte da força que determina a estrutura do campo, a partir da intensidade das ações e do peso do agente no campo. O peso dos agentes é definido pelos demais agentes no campo, e o espaço social exerce pressão sobre esses agentes. A pressão é mais fortemente sentida quanto mais frágil for o agente em relação ao grupo. Na constante luta que perpassa os campos, os agentes dispõem de forças que dependem do pertencimento aos campos objetivamente

hierarquizados. Os jogos, envolvendo a luta diária, não permitem que nenhum agente saia ileso. No entanto, o envolvimento e o grau em que esses agentes são afetados estão diretamente relacionados à sua posição (BOURDIEU, 2009a).

Ao criar o conceito de agente, Bourdieu (2009a) queria colocar as capacidades criadoras, ativas e inventivas dos indivíduos em evidência, chamando a atenção para o fato de que não se tratava de um poder criador universal, de uma natureza ou razão humana, mas, sim, de um conhecimento adquirido. O autor buscou compreender como o capital indicava a posição incorporada e como a ação do agente envolvido nesse processo de incorporação era desenvolvida e delineada. A busca de Bourdieu (2009a) ocorreu no intuito de recuperar análises que levassem em consideração o lado ativo do conhecimento prático que a tradição materialista havia abandonado. O autor classificou esse fenômeno como *habitus*, caracterizando, assim, os agentes, produtos de uma estrutura profunda, que têm inscrito em si princípios geradores e organizadores de suas práticas, de suas representações e de seus pensamentos. Indivíduos são agentes na medida em que atuam e sabem que são dotados de percepção, de senso prático, de preferências e classificações. Do princípio ao fim da existência, os agentes absorvem e reestruturam *habitus*, condicionando aquisições novas por antigas, recebendo, pensando e agindo dentro de uma estreita liberdade, que varia de acordo com a lógica de cada campo.

Ao formular a Teoria dos Campos, Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2009a) se preocupou com a importância e o sentido das ações conferidas pelos agentes, acrescentando à noção de regras, a noção de estratégias, partindo do ponto de vista de que os agentes têm a capacidade de lidar com os imprevistos e também de relacionar os meios e fins. A teoria da ação proposta por Bourdieu (2008b) implica a afirmação de que a maior parte das ações humanas se baseia em algo diferente da intenção, não tendo disposições adquiridas que fazem com que a ação possa ser interpretada como orientada em direção a tal ou qual fim, sem poder dizer que ela tenha por princípio a busca consciente desse objetivo. Nesse sentido, Bourdieu (2009c) reformulou a noção de *habitus*, anteriormente utilizado como algo quase que involuntário. Sua intenção foi sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático da construção de objetos.

O que muda em Bourdieu (2009a) é que ele acrescentou à noção de *habitus* e de agente características que pudessem auxiliar na busca por explicações práticas. Para ele, a observação de transferências metódicas de modelos baseados na hipótese de que existem homologias estruturais e funcionais entre todos os campos é apenas uma das vias. Em seus

trabalhos, concluiu que, por meio da ascensão semântica, se permite levar a um nível de generalidade e de formalização mais elevado os princípios teóricos envolvidos no estudo empírico de universos diferentes, bem como as leis invariantes da estrutura e da história dos diferentes campos. Há, no *habitus*, um princípio gerador capaz de impor um esquema durável, mas suficientemente flexível, possibilitando improvisações reguladas. Trata-se de um esquema que tende a reproduzir as regularidades inscritas nas condições objetivas e estruturais que presidem o seu princípio gerador, ao mesmo tempo em que permite ajustamentos e inovações às exigências colocadas pelas situações concretas que constantemente colocam sua eficácia à prova (BOURDIEU, 2009c). Os *habitus* são sistemas adquiridos e funcionam no nível prático, como princípios de classificação e organizadores da ação. São uma disposição regrada que gera condutas regulares, à margem de qualquer referência a regras, atendendo a necessidade de reflexão acerca dos modos de existência diferentes dos princípios de regulação e regularidade das práticas. Para Bourdieu (2009b), os campos são mundos relativamente autônomos, onde somente as estratégias complexas de um *habitus*, moldado por necessidades diversas, podem integrar espaços coerentes.

Assim, a mediação operada pelo *habitus*, entre a estrutura e suas condições objetivas, bem como entre as situações conjunturais com as práticas exigidas por essas situações, confere à *praxis* social um espaço de liberdade que encerra as potencialidades objetivas de inovação e transformações sociais (BOURDIEU, 2009c). No mundo social, é importante perceber que as palavras criam as coisas e criam, então, o consenso sobre a existência e o sentido das coisas, em que o senso comum, a *doxa*, é aceito por todos como dado. Há na *doxa* uma relação encantada com o jogo, produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social. É a *doxa* que permite a competição velada, disfarçada, camuflada, até mesmo, em atos de boa fé.

O termo *doxa* é uma espécie de cumplicidade imediata com a própria história e pode ser entendida como uma forma de opinião consensual. Por meio da *doxa* - esse senso-consenso -, se estabelecem as relações de poder, em que os dominantes garantem o poder (BOURDIEU, 2002a; 2002b; 2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c). Trata-se de um estado de naturalização da ordem social, tomando emprestada a linguagem da natureza, atribuindo até certo tom de fatalidade em algumas circunstâncias (BOURDIEU, 2008c). É um paradoxo, já que a ordem do mundo, independentemente de se tratar de uma ordem justa ou não, pode se perpetuar facilmente por meio do consenso. A *doxa* permite à sociedade

estruturar-se sem que os dominados percebam a força que podem ter, os direitos que lhe são justos e as condições importantes à coletividade.

A seguir apresentaremos elementos que contribuem para a compreensão do campo em questão e, em seguida, realizaremos as análises fundamentadas nos conceitos envolvidos na Teoria dos Campos.

4 O PONTAL DO PARANAPANEMA

A UHE Engenheiro Sergio Motta está localizada no rio Paraná, ao extremo oeste do estado de São Paulo, entre os municípios de Rosana, em São Paulo, e Nova Andradina, no Mato Grosso do Sul, onde se situa cerca de 80% do lago (BARRETO, 2001). Para sua construção foram inundadas as reservas florestais de Lagoa de São Paulo e do Pontal do Paranapanema, atingindo populações ribeirinhas e remanescentes dos índios Ofaiés, que lá viviam em comunidade. A região, conhecida como Pontal do Paranapanema, compreende o município de Rosana, do qual faz parte o Distrito de Primavera. Sua história é repleta de conflitos contra a concentração fundiária, resistências e ocupações de terras. Dentre esses conflitos, destacamos a ocupação de fazendas pertencentes às empresas Camargo Corrêa e Vicar S.A. e o posterior despejo desses ocupantes.

O Pontal do Paranapanema foi marcado por conflitos desde o século XIX. Já, nessa época, havia na região a luta pela propriedade das terras às margens dos rios Paraná e Paranapanema. Segundo Thomaz (2009) e Pandolfi (2009), trata-se de um local insuflado por conflitos fundiários, em que os posseiros, os grileiros e o próprio estado são identificados como personagens dessa briga. De acordo com os autores, o processo de expansão da região ocorreu no intuito de promover a ocupação do extremo oeste paulista. Em resposta aos conflitos fundiários, foram criadas leis para findar a ocupação pela posse. No entanto, as terras possuídas antes da instituição de leis, como a Lei n. 601, de 1850, eram consideradas regulares. Esse fato possibilitou que muitas propriedades não ocupadas fossem adquiridas por grileiros, o que foi ocasionado pela falsificação de títulos de terras.

Fernandes e Ramalho (2001) apontam que, em 1889, o governo da província de São Paulo considerou imprestável o requerimento de legitimação de algumas terras da região do Pontal. No entanto, nenhuma medida tomada pelo governo foi capaz de evitar as ações dos grileiros. Reservas criadas na região do Pontal foram simplesmente destruídas, e o movimento de grilagem só começou a se abalar a partir das ocupações de terras realizadas pelo

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Até a década de 1890, os grileiros não encontraram problemas capazes de desestimulá-los, pois houve apenas algumas lutas provenientes da resistência de posseiros em movimentos sociais isolados, que não foram obstáculos consideráveis. Os latifundiários tiveram as terras devolutas mantidas sob seus jugos durante aproximadamente um século (FERNANDES; RAMALHO, 2001). O amplo processo de grilagem na região do Pontal do Paranapanema só foi dar início a um processo de mudança a partir do confronto entre latifundiários e sem-terra, o que fez com que a região fosse transformada, na década de 90, em uma das regiões com maior número de conflitos por terra no País.

Fernandes e Ramalho (2001) destacam que, no Brasil, a concentração fundiária é um processo histórico significativo e, nesse processo, o Estado se faz a instituição competente no que se refere ao desenvolvimento de políticas de reforma agrária. No entanto, não tem sido capaz de efetivar tais políticas. O que se tem percebido é o fato de que a luta pela terra tem impulsionado políticas compensatórias de implantação de assentamentos rurais. As populações ribeirinhas locais, marcadas por conflitos causados pela grilagem de terras, são também fortemente marcadas pela construção de usinas hidrelétricas. O rio Paranapanema, que nunca se prestou à navegação, por suas fortes e numerosas cachoeiras, tornou-se, no século XX, atrativo à produção de energia elétrica.

A região do Pontal é constituída por 31 municípios, dentre os quais se encontra o município de Rosana, que contém o Distrito de Primavera, localizado bem no ponto em que se encontram os dois grandes rios: Paraná e Paranapanema (PANDOLFI, 2009). De acordo com Fernandes e Ramalho (2001), quinze, desses 31 municípios, têm assentamentos rurais. São eles os municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Sandovalina, Presidente Bernardes, Marabá Paulista, Presidente Epitácio, Caiuá, Presidente Venceslau, Piquerobi, Martinópolis, Rancharia, João Ramalho e Iepê. Conforme pesquisa realizada por Pandolfi (2009), trata-se da região do estado de São Paulo, com maior número de famílias assentadas.

Em meio a essa complexidade de situações conflituosas, aliada à busca pelo desenvolvimento por meio da expansão e melhora na infraestrutura, surge o município de Rosana. Fundado no ano de 1950, era um distrito filiado ao município de Presidente Epitácio e, na década de 1960, filiou-se ao município de Teodoro Sampaio, filiação que ocorreu porque esse último se situava mais próximo à cidade de Rosana. Posteriormente, no ano de 1990, Rosana foi emancipada e elevada à condição de município por meio da realização de plebiscito

popular. A origem de Rosana se deu a partir do projeto de implantação do ramal ferroviário da Estrada de Ferro Sorocabana, o chamado Ramal de Dourados. O ramal interligaria o município de Presidente Prudente à barranca do rio Paraná. Por meio de balsas, próximos à confluência com o rio Paranapanema, os trilhos se estenderiam até o município de Dourados, no estado do Mato Grosso do Sul.

A empresa indicada para a construção do ramal era a Camargo Corrêa, responsável também pela construção do município de Rosana, nomeado dessa forma em homenagem a uma das filhas de Sebastião Camargo, um dos sócios da empreiteira. Posteriormente, a Camargo Corrêa foi também a responsável pela construção da UHE Engenheiro Sérgio Motta e da vila de operários que acomodaria os trabalhadores envolvidos na construção da UHE (SILVA, 2010). Dessa forma, surge na região a vila de operários – núcleo residencial Primavera – vinculada ao município de Rosana, passando a ser, mais tarde, considerada um distrito do município. É importante ressaltar que a UHE se tratava de um projeto da Hidrobrasileira S/A Engenharia, com consultoria técnica da Companhia Energética de São Paulo (CESP). Na seção seguinte, apresentaremos informações relevantes para a compreensão da estruturação do campo investigado.

5 PRIMAVERA – DISTRITO DE ROSANA - SP

Ao iniciar as investigações sobre o surgimento de Primavera, descobriu-se que a população ribeirinha se instalou gradativamente ao longo das margens do rio Paraná. Atualmente, os descendentes desses ribeirinhos fazem parte do contingente constituinte do Distrito e, conseqüentemente, de toda a história envolvendo o local e as pessoas que ali permaneceram. A trajetória desse povo foi marcada pela violência em forma simbólica ou menos velada. Observou-se, ainda, que a população residente em Primavera é também constituída por famílias descendentes de europeus instalados ali desde o século XIX. Os índios Ofaiés também tiveram parte de sua história construída nesse local. Segundo Fernandes e Ramalho (2001), essas famílias sofreram, desde a expulsão de suas terras, até a miséria provocada pelo fato de não terem mais espaço para realizar suas atividades de trabalho. Muitos dos proprietários de terras não foram sequer restituídos pela perda de suas posses em prol da instalação da UHE Engenheiro Sérgio Motta, sob a alegação de que muitos deles não tinham direito legal sobre a terra. Esse problema deriva ainda da época em que se iniciou a tentativa de regulamentar a posse de terras na região. Com toda a problemática envolvendo a

grilagem de terras, até o momento em que as terras foram alagadas pela CESP para a construção da UHE Engenheiro Sergio Motta, não havia ainda se estabelecido uma situação de legalização de muitas propriedades (FERNANDES; RAMALHO, 2001).

A Companhia se eximiu da responsabilidade de indenizar parte das famílias e, de acordo com Campanharo (2005), muitos foram intimidados pela CESP para que deixassem suas terras a fim de não atrapalhar o desenvolvimento das obras da Usina. Outros ribeirinhos foram reassentados, incluindo alguns indígenas. No entanto, as terras de parte dos assentamentos não atendiam ao potencial de trabalho das famílias. Em alguns casos, as famílias que viviam da pesca eram alocadas em terras longe da água e não sabiam como lidar com a nova realidade. No entanto, os ribeirinhos, com a identidade ferida, resistiram, sobrevivendo a todas as mazelas às quais estiveram expostos (CAMPANHARO, 2005).

Os ribeirinhos, enquanto agentes, definiram-se por sua trajetória e por sua posição, predispondo-se a sentir, pressentir e exprimir a demanda social ainda latente e em busca de um legítimo modo de expansão. Diferentes entre si, esses ribeirinhos recorreram a formas criativas de sobrevivência e subsistência e têm sido capazes de constituir uma realidade melhor após a construção da Usina, mesmo sem a ajuda devida por parte daqueles que os lesaram. Os dados coletados em Silva (2010), Campanharo (2005), Vianna (2006), Barreto (2001), Tsukumo (1994), Thomaz (2009), Pandolfi (2009), Fernandes e Ramalho (2001) e Scarpinella (1999), somados às observações realizadas para a coleta de dados e às inferências feitas para a pesquisa, mostram que, de ribeirinhos, alguns se tornaram comerciantes, outros, artesãos, outros passaram a investir na atividade de turismo e outros ainda empreenderam-se em novas profissões.

A instalação da Usina ao longo da rodovia ocorreu no intuito de situar a obra próximo à cidade de Rosana, de modo que o canteiro de obras e o novo sistema de ligação entre São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul fossem concretizados. Com a construção da Usina de Rosana, no rio Paranapanema, no ano de 1987, e da Usina de Primavera, no rio Paraná, em 1998, surgiu a necessidade de mão de obra para a construção e para o funcionamento e manutenção dessas usinas. Essas usinas foram implantadas em uma das regiões menos desenvolvidas de São Paulo e, segundo Tsukumo (1994), essas obras contribuíram para a ocupação efetiva da área, requisitando ligações viárias com o noroeste paranaense e o Mato Grosso do Sul meridional.

As obras atraíram pessoas dos mais variados lugares do Brasil. Eram, desde pessoas que nada tinham a ver com a construção de hidrelétricas, até profissionais já familiarizados

com as grandes obras (TSUKUMO, 1994). Dessa forma, ocorreu a povoação da cidade e, conseqüentemente, deram início ao processo de construção histórica do Distrito de Primavera, projetado pela Divisão de Arquitetura e Urbanismo da Companhia Energética de São Paulo (CESP). O local escolhido para a instalação do núcleo era favorável à sua sobrevivência, tratando-se de um ponto em que três estados dividem a fronteira: Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. O Distrito está vinculado às rodovias que interligam os três estados e localiza-se a uma distância de 50 Km dos núcleos urbanos mais próximos (CESP, 2000). A responsável pela implantação do núcleo residencial também foi a empresa Camargo Corrêa, empreiteira contratada pela CESP para a realização das obras envolvendo a UHE Engenheiro Sergio Motta.

O núcleo residencial Primavera, como foi definido o local que abrigaria os trabalhadores que atuariam na obra da UHE Engenheiro Sergio Motta, foi planejado para dispor de vários tipos de residências para abrigar trabalhadores de todos os níveis. Havia a programação para áreas arborizadas, clubes de lazer, que eram definidos conforme o nível dos funcionários e, também, de locais de atendimento à população que ali iria residir, como escolas, postos de saúde e serviços urbanos em geral. Esse era o modelo-padrão utilizado pela CESP para as instalações que comportam a população barrageira em suas obras (SILVA, 2010).

Essa população, normalmente itinerante, costuma seguir as grandes obras (VIANNA, 2006). Em Primavera, esses barrageiros foram colocados diante da possibilidade de permanecerem na cidade a partir do término das obras. Possibilidade que se estendeu apenas a uns poucos, já que a maioria deles se viu novamente na condição de ter que se mudar em consequência da busca por outro emprego ao término das obras da barragem. Nos mais de vinte anos que abarcaram a obra, muita coisa mudou na região e mesmo pessoas que nunca foram diretamente ligadas às barragens passaram a ser consideradas barrageiras, como é o caso de um pioneiro homenageado pela população local. Trata-se de um comerciante que, durante todo o tempo em que as obras foram realizadas, esteve servindo a comunidade barrageira.

Quanto aos barrageiros originais, isto é, aqueles ligados diretamente às obras da Usina, o tratamento e a posição no campo não era a mesma para todos eles, que eram divididos em dois grandes grupos (VIANNA, 2006). O primeiro, com mais privilégios e desfrutando de melhores condições de moradia e mesmo lazer, e o segundo com mais limitações e menos privilégios. O primeiro grupo era constituído pelos funcionários da CESP, enquanto o segundo grupo era formado por trabalhadores ligados à Camargo Corrêa. Havia uma clara divisão entre os engenheiros, normalmente ligados à CESP, e os peões, submetidos à

empreiteira. Mesmo as famílias eram distribuídas no campo conforme a posição que os membros ligados à companhia ou à empreiteira ocupavam em relação ao trabalho.

No núcleo Primavera, carros ficavam parados em locais estratégicos, prontos para qualquer emergência. De acordo com Vianna (2006), nessas possíveis emergências, os trabalhadores eram arrancados de suas casas e levados à sede das obras para resolverem seja qual fosse o problema. Era uma espécie de plantão velado. Os empregados ficavam de sobreaviso mesmo sem saber, ou melhor, mesmo os que não estavam na escala acabavam na mesma situação. Esses agentes tinham pouco poder no campo. Seus *habitus* eram definidos pela própria companhia ou pela empreiteira, bem como o *habitus* de suas famílias. O poder que detinham estava ligado à sua mão de obra, mas talvez muitos nem mesmo soubessem que sua força era a força de trabalho. A estrutura, tão adequada e esquematizada, limitava a agência desses barrageiros, e suas reais condições era pouco percebida. Ao contrário da realidade, parecia haver muito conforto e empenho por parte das organizações envolvidas no projeto para que todos pudessem usufruir dos benefícios proporcionados pela companhia.

Segundo Campanharo (2005), Scarpinella (1999) e Vianna (2006), dos barrageiros que ali permaneceram, alguns continuaram ligados à barragem, como os funcionários da CESP. Outros se tornaram comerciantes e contribuíram para a manutenção do Distrito tal como ele é hoje. E, embora Rosana e Primavera dependam grandemente dos recursos que são repassados pelas usinas, os ex-barrageiros que ali se mantiveram contribuíram para que o município fosse em busca de novas formas de subsistência. Há hoje um grande empenho em retomar as atividades turísticas interrompidas ou reduzidas em função dos lagos criados para o funcionamento das usinas.

Os empregados da CESP eram categorizados conforme os níveis de profissionalização. Partindo do Nível 1 até o Nível 6, a divisão cindia os grupos a partir dos menos especializados até os profissionais com maior grau de especialização e formação. As empresas que deram origem à CESP foram cinco companhias estatais de São Paulo e mais seis empresas da iniciativa privada. Inicialmente, a companhia recebera o nome de Centrais Elétricas de São Paulo S. A., passando a se chamar Companhia Energética de São Paulo apenas em 1977. Com a fusão, a CESP passou a operar em ritmo acelerado e inaugurou, em um espaço de tempo que compreendeu 33 anos, 13 usinas hidrelétricas (CESP, 2000).

O processo de privatização da companhia teve início com a venda do controle acionário da Companhia Paulista de Força e Luz, a CPFL, em 1997. Em seguida, a CESP aliena à iniciativa privada a sua participação na Companhia de Gás de São Paulo, a COMGÁS. Esse foi o

momento em que a CESP passava por uma crise parcial, em que mais duas outras empresas também foram privatizadas: a Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema S.A. e a Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê. Para o que se fez interessante para a pesquisa, é importante destacar que a CESP, ao lado da Camargo Corrêa, foi uma das responsáveis pela estruturação do campo, sendo, portanto, um importante agente. A fundação do núcleo residencial que deu origem ao Distrito de Primavera foi empreendimento da CESP. Os projetos, desde a planta do núcleo habitacional, bem como as plantas das diferentes residências que seriam ali construídas, os clubes, as áreas de lazer, as escolas e postos de atendimento a saúde foram todos realizados pela divisão de arquitetura de companhia (CESP, 1994).

A CESP ocupa até hoje uma significativa posição no campo, assim como a empreiteira Camargo Corrêa, outro importante agente. Vale destacar que, embora as relações no campo que envolviam a mesma tivessem se iniciado em meados dos anos 50, ainda, na atualidade, a empresa dispõe de capital capaz de permitir sua continuidade no cenário nacional (VIANNA, 2006). Ainda hoje a empreiteira se mantém como um importante agente em novos campos que emergem Brasil afora (SEVÁ, 2004; FELLET, 2011). Esse fato revela que as relações estabelecidas no campo de interesse para esta pesquisa foram tão significativas que possibilitaram à Camargo Corrêa uma posição de destaque que ainda se mantém no cenário nacional brasileiro. A empresa desempenhou, além das funções de implantação do Ramal Ferroviário Sorocabana e da cidade de Rosana, parte das obras envolvendo a construção das Usinas de Rosana e também da UHE Engenheiro Sergio Motta, bem como algumas obras empreitadas para a construção do Distrito de Primavera. Com base na literatura pesquisada (BARRETO, 2001; TUKSUMO, 1994; SILVA, 2010; THOMAZ, 2009; VIANNA, 2006), percebemos que a articulação do governo do estado de São Paulo com as organizações citadas neste trabalho (CESP e Camargo Corrêa) constitui-se como elemento fundamental para a estruturação do campo observado nesta pesquisa. As relações de poder e as posições hierárquicas estabelecidas no campo serão apontadas a seguir.

6 AS RELAÇÕES DE PODER ESTABELECIDAS NO CAMPO

Já que a cultura dominante tende a preencher uma função ideológica a fim de legitimar uma ordem arbitrária, como apontado em Bourdieu (2009a), em Primavera, essa ordem se legitima pelo discurso progressista. Em nome de um dito progresso, os dominantes

tendem a manter sua posição conquistada à custa da maioria dominada. A partir de um intercâmbio de interesses e por meio dos aspectos estruturantes do campo, as relações econômicas se reproduzem nas relações sociais, de forma transfigurada e irreconhecível. Primavera pode ser considerada um campo, sob a perspectiva da Teoria de Bourdieu (2009c), por ter sua realidade claramente estruturada, estabelecendo uma realidade também estruturante, em que agentes constituídos por outros campos passam a consolidar as ações nesse novo campo.

A estrutura das relações socioeconômicas prevaleceu em Primavera (THOMAZ, 2009; SILVA, 2010; VIANNA, 2006), permitindo que se reproduzissem no campo as diferenças sociais apontadas por Bourdieu (2009c). As diferenças, ajustadas à estrutura das relações econômicas, são permitidas pelo comportamento *dóxico* dos agentes que, ao perceberem as relações de dominação e conservação de poder, consideram-nas naturais ou fatídicas e, dessa forma, contribuem para a conservação das relações de força vigentes no campo. Isso representa o que Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c) descreveu sobre a importância estrutural de cada agente no campo, pois dominados e dominantes são necessários à manutenção da estrutura e, conseqüentemente, da dinâmica do campo. Esse fato, apontado na Teoria de Bourdieu, revela-se durante todo o percurso dos agentes que vieram constituir Primavera. Embora cada agente tenha suas próprias características e estratégias de ação no campo, as mesmas são estruturadas por todo um contexto histórico que perpassa o campo em diferentes momentos socioeconômicos.

CESP, Camargo Corrêa, grileiros, ribeirinhos e barrageiros foram, cada qual à sua maneira, indispensáveis para que o campo se constituísse tal como ele é. Se, por um lado, os dominantes estiveram mais próximos do poder público, por outro, os dominados ocupavam posições estruturais opostas. Enquanto os primeiros – CESP e Camargo Corrêa – representam o poder público, grileiros, ribeirinhos e barrageiros são instrumentos e, ao mesmo tempo, limitadores de avanço do poder. Embora essa pareça uma afirmação contraditória, pode ser explicada pelo fato de que os dominados precisam existir para que se constituam os dominantes, mas, ao mesmo tempo, ao criar estratégias de subversão ou rebelar-se contra a dominação, vão sendo cúmplices na estruturação e viabilização do campo. Esse é um importante aspecto, já que, para configurar o caráter de um campo, o espaço social precisa estar permeado por lutas nas quais esteja em jogo alguma espécie de capital.

Diferentes estratégias foram utilizadas, seja a força física, como nos tempos da grilagem (FERNANDES; RAMALHO, 2001), seja a força econômica e influência política exercida

pelas organizações Camargo Corrêa e CESP, em tempos mais atuais. Isso, de certa forma, estimulou o comportamento *dóxico*. As práticas que permearam o campo foram constituídas pelas representações dos agentes em relação à sua realidade. Há, em Primavera, um misto de influências de elementos da história passada e elementos da história contemporânea. Com base na literatura pesquisada (TSUKUMO, 1994; FERNANDES; RAMALHO, 2001; VIANNA, 2006; PANDOLFI, 2009; THOMAZ, 2009; SILVA, 2010), a análise que fazemos nesta pesquisa é que os *habitus* e as tendências ao comportamento *dóxico* são delineados pela interferência do Estado, que claramente tem seus interesses perpassando o campo. Em cerca de 130 anos, o campo sofreu os impactos de importantes momentos históricos. A posse ilegal de terras, a grilagem e o alagamento de ambientes ricos em fauna e flora foram perpassados e, ao mesmo tempo, impulsionados por golpes militares e busca pela industrialização brasileira a qualquer custo.

Os agentes identificados no campo dispunham de capital específico, pois, enquanto as organizações – CESP e Camargo Corrêa – se beneficiavam de seus laços estreitos com o poder público, ou seja, dispunham de capital simbólico, viabilizado pelas relações de poder, grileiros fizeram-se valer da força física, barrageiros tinham como capital - caracterizado como econômico - a mão de obra, e os ribeirinhos, segundo a literatura pesquisada (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007; THOMAZ, 2009; SILVA, 2010; SOUZA, 2005), foram apropriados, na fase de construção da Usina, por movimentos sociais que possibilitaram o reassentamento de uns poucos. Abaixo, podemos observar a distância – promovida pela distribuição dos capitais – dos agentes em relação ao poder público, maior detentor de poder no campo.

Figura 1 – Configuração do campo Primavera



Fonte - Elaborado pelas autoras do artigo.

A figura 1 mostra que os ribeirinhos e os barrageiros se encontram no mesmo nível no campo, pois, embora tenham capitais distintos, a força que esses capitais lhes proporcionam é

relativamente proporcional no campo. Os barrageiros, porém, apresentam certa flexibilidade na estrutura, já que cada qual tem diferente poder de barganha em função de sua formação e demanda profissional. Já os grileiros, detentores de um capital claro e específico, encontram-se em uma posição exclusiva, utilizando do capital econômico e político de que dispunham. A Camargo Corrêa e a CESP, portadoras de capital predominantemente econômico, também dispunham de capital simbólico e cultural, pois utilizavam-se de sua força na estrutura, para apropriar-se da violência física e da disseminação de valores e crenças acerca da promessa de progresso. A Companhia é relativamente mais poderosa do que a empreiteira no campo. Contudo, ambas dispõem de capital capaz de posicioná-las muito próximas ao poder público, que se constitui como o agente primordial para o estabelecimento do campo. Esse agente, detentor de significativo poder, promoveu a articulação de todas as ações e subterfúgios para se manter em posição privilegiada.

A partir desse dimensionamento dos agentes no campo, fica estabelecido o poder, confirmando os apontamentos de Bourdieu (2004; 2008a; 2008b; 2008c; 2009a; 2009b; 2009c), sobre a prevalência da luta para se manter ou emergir posicionalmente no campo. O autor ressalta, contudo, que, qualquer que seja o campo, ele sofreu, sofre e ainda sofrerá pressões externas. No caso do Distrito, essa pressão é exercida por parte do campo político. Os dados coletados (SOUZA, 2005; SILVA, 2010) mostram que a pressão e a interação entre os campos é fortemente evidenciada em Primavera e constituída a partir das definições do governo federal. No entanto, o discurso em prol do progresso não considerava as esferas menores e estava pautado no que eles chamavam de bem comum para a maioria. A incidência do poder, em esfera federal, ao mesmo tempo em que proporcionou o fortalecimento do poder público global, também possibilitou, a partir da transferência do núcleo habitacional para o município de Rosana, o estabelecimento de um poder público local, fundamentado e estabelecido pelo campo.

Na dinâmica do campo, a CESP, a Camargo Corrêa e os grileiros foram autorizados a agir e possibilitaram que os interesses do campo político estabelecessem suas forças. As duas organizações, aliadas aos grileiros, fizeram do campo um local em que os demais agentes tiveram pouca ou nenhuma oportunidade de transição, um campo de lutas e disputas pelo poder, adquirido, não apenas localmente, mas garantindo o poder em esferas mais abrangentes, seja nas dimensões estaduais seja nas nacionais. Os diferentes níveis e distribuição dos capitais, calcados na diferença e pela diferença, fizeram com que agentes como os ribeirinhos, respeitando suas diferenças, ficassem, em maior ou menor grau,

submersos nas relações de poder no campo. Barrageiros ficaram à mercê das imposições dos dominantes, em função das interações entre o campo político e Primavera, bem como das demais pressões externas sofridas pelo campo como, por exemplo, as pressões do mundo econômico, em que as indústrias demandam por maior capacidade energética (SOUZA; JACOBI, 2010) a qualquer custo.

A pressão que o poder econômico exerceu e, ainda exerce sobre o campo, é o que estabelece o poder nos mais variados segmentos da sociedade. Mesmo o campo político está pautado na questão econômica. É raro um campo não ser afetado por esse tipo de capital, já que se vive em meio à predominância capitalista. Essa força, ao ser mais atentamente observada, pode revelar situações impensadas e imperceptíveis no primeiro plano, mas que são orientadoras de escolhas aparentemente individuais. Os agentes dominantes nem sempre têm a clareza do jogo, apenas repetem as experiências do campo. Em Primavera, há certo grau de consciência entre os agentes, mas a *doxa* proporcionou uma estabilidade que dá ao campo a sensação de naturalidade necessária às regras do jogo, fundamental para a manutenção da ordem que rege as relações no campo. Essas regras, contudo, foram impostas pelos interesses dos agentes dominantes, ao mesmo tempo em que foram internalizadas e aceitas, mesmo que de forma inconsciente, pelos agentes dominados.

Aspectos nomeados e legitimados no campo constituem-se quase como regras seguidas em prol do chamado bem de todos. Em Primavera, a CESP foi legitimada a exercer seu poder, conforme Tsukumo (1994), Vianna (2006) e Silva (2010), e proporcionou o estabelecimento de uma realidade com regras e costumes próprios, estruturados e estruturantes. Nesse campo, as relações de força são conhecidas e os fenômenos de concentração de capital e poder, bem como as relações sociais de dominação, revelam uma comunidade com a violência arraigada em sua forma de subsistir. Essa violência, processada e reprocessada, tomou formas diferentes ao longo da história, passando da força física à força subjetiva e implícita, sem deixar de ser tão fortemente impactante. O poder e o capital circulantes por todo o campo passam por todos os agentes, mas a forma como esse poder é percebido é distinta entre os diferentes agentes.

As relações, moldadas na medida em que o poder circula pelo campo, são definidoras do poder entre os agentes, indicando suas ações. E esse poder, sendo reconhecido de forma *dóxica* como algo natural e, não, como forma de abuso ou dominação, possibilita a estagnação do campo por um tempo. No entanto, se os agentes se rebelam contra ele, decidindo lutar por seus interesses no campo, tem-se o aumento do nível de conflito, fazendo do campo um

espaço mais dinâmico e complexo, requerendo dos agentes dominantes a formulação de novas estratégias que possam lhes garantir a continuidade do poder. Nesse sentido, a CESP é o principal agente utilizador da *doxa*, pois primou por mascarar seus interesses e não sofreu grandes problemas em relação à manutenção de sua posição no campo. A organização se privilegiou com o poder que já detinha para obter ainda mais poder, sem parecer essa a sua verdadeira intenção. Essa postura exigiu dedicação e utilização de estratégias criativas e dissimuladas (por exemplo, o planejamento da vila com áreas arborizadas, clubes de lazer, locais de atendimento à população), para promover a durabilidade de seu poder e a garantia de seus interesses no campo. Ao negar esses interesses, a Companhia contrafez a força exercida sobre os dominados, mantendo a assimetria de poder.

Embora as estruturas sejam sempre muito semelhantes em essência, as estratégias são particulares e complexas. No campo, a eficácia do poder obteve respaldo na força material e simbólica, aliada às habilidades das quais dispunham as partes envolvidas. A mobilização do campo promoveu o consenso necessário para que o exercício do poder fosse efetivado, tanto no que se referia ao deixar-se dominar, quanto às esporádicas resistências a essa dominação.

A partidização do consenso, o acordo primordial no mundo social e os conflitos podem ser ainda mais fortalecedores das regras do jogo, pois, mesmo ao indispor-se em relação à estrutura e à atuação dos dominantes no campo, os dominados partidizam daquilo que é necessário para o campo funcionar e continuar existindo. Para Bourdieu (2008c), mesmo os princípios de divisão devem ser acordados; afinal, lutar contra algo requer o reconhecimento das regras do jogo. Em Primavera, o campo se fez sob a sombra de outros campos e, nesse espaço particular em que o campo político e o campo econômico se sobrepõem para fazer existir o campo de lutas em que se constituiu o Distrito, estão inseridos dois fortes agentes, a CESP e a Camargo Corrêa. Sob a incidência dos interesses desses campos e agentes poderosos, está Primavera, um espaço em que anseios políticos, econômicos, sociais e individuais convergem, estabelecendo as diretrizes das ações no campo.

A permanência da estrutura, no entanto, não faz com que os agentes e seus *habitus* permaneçam estáticos, pois, mesmo para permanecer em suas posições, os agentes precisam se adaptar às demandas do campo, que podem se modificar, requerendo o enquadramento dos agentes, que devem adquirir novos capitais que possibilitem a continuidade em suas posições. Em Primavera, na sua história mais atual, os grileiros, por exemplo, perderam força. Não dá para esquecer também que parte dos ribeirinhos acabou sendo mobilizada por movimentos sociais reivindicatórios por conta da construção da Usina e, com isso, ao mesmo

tempo em que se tornaram instrumentos de força para os movimentos sociais, tornaram-se capital, pois, ao mesmo tempo em que foram cooptados pelos movimentos dando-lhes força, receberam também o capital simbólico que o pertencimento ao movimento permite. Esse processo de aquisição de novas formas de capital não se dá de forma instantânea ou mesmo imediata às exigências do campo. Trata-se de algo que ocorre lentamente, e gradativamente vai estabelecendo pequenas mudanças em algumas regras, mantendo aquelas que se prestam à dominação. A emergência do campo em meio a outros campos é algo lento, nasce de um complexo de ações na história dos agentes e vai se constituindo até adquirir forma própria, mas não independente das demais estruturas e dos demais campos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poder simbólico que perpassa o campo Primavera é mais que uma força ilocutória – ao ver de Bourdieu (2009a) – pois não apenas anuncia quem domina e quem é dominado, como define quem terá a possibilidade de se manter no poder e quem, por ventura, será beneficiado com a possibilidade de uma futura e lenta transição espacial no campo. Trata-se de uma manutenção dos sistemas simbólicos definidos nas relações no campo. A estrutura em Primavera, ao mesmo tempo em que fisicamente revelou muitas determinações, também remeteu às situações estruturais implícitas e não declaradas, simbolicamente poderosas e determinantes das forças no campo.

Embora essas circunstâncias pareçam estritamente de caráter simbólico, é preciso mencionar que a estrutura física em Primavera revela claramente a distinção e a classificação dos agentes e, mesmo havendo muito de simbólico nessa situação, há também a evidência física incontestavelmente reveladora e informadora das coisas pertinentes ao campo. Já as estruturas implícitas, adquiridas ao longo dos anos, a partir do *habitus*, da *doxa* e de toda a história dos agentes, requerem maior empenho e tempo de pesquisa em relação ao campo para serem minimamente compreendidas. Essas somente serão mais bem compreendidas a partir de um acompanhamento, de muito perto, de algumas histórias de pessoas e agentes inseridos há muito no campo.

Sob essas circunstâncias, os agentes trabalharam para vitimar suas condições de existência perante as condições sociais. Diante da constatação dessa forma de violência simbólica, o que se pode fazer é tentar estabelecer verdades das lutas no campo, apreendendo a lógica objetiva de acordo com a qual ocorreram as determinações de

estratégias utilizadas no campo. Descobrir o poder onde ele menos se deixa ver e é ignorado é ir à busca da constatação do poder simbólico. Em Primavera, esse poder invisível vai se tornando claro e evidente a cada novo elemento descoberto.

Embora pareça simplista afirmar que os dominados contribuíram para sua condição no campo, a cumplicidade a que se renderam apenas demonstra que muitos não sabiam de fato ao que estavam sujeitos e, dessa forma, foram cruciais para definir e preservar a ordem no campo. Em Primavera, a relação entre os dominantes e dominados permitiu a integração verdadeiramente intrínseca à classe dominante e proporcionou uma integração ilusória da sociedade em seu conjunto, o que promoveu no campo a falsa sensação de consciência. A desarticulação da classe dominada, em Primavera, só fez legitimar a ordem e estabelecer as distinções no campo.

O que se percebeu, contudo, é que os agentes dominados no campo investigado se ocupam de suas condições precárias de acesso ao poder para, ainda assim, permanecerem no campo. Mesmo as formas precárias de estar nesse universo fazem com que esses agentes se sintam parte de algo maior do que eles são enquanto seres individuais. Esse fazer existir, tão amplamente discutido por Pierre Bourdieu, revela que as necessidades humanas são parte de um todo que ultrapassa sua existência singular. Mesmo a situação de dominação, que massacra e destrói as formas mais individuais de se fazer um ser particular no mundo, revela a busca por estar inserido em um campo, seja ele qual for.

As ações que permeiam essa tela de relações, limitadas pela estrutura, revelam a dependência que existe de uns em relação aos outros, e o mais dissimulado dos agentes, sempre se prevalecerá dessa dependência para torná-la ainda mais intensa, e fará com que seja, ainda, um instrumento de dominação. Afinal, é muito comum ouvir que, embora não se saiba por que as coisas são como são, o fato é que elas sempre foram assim. Nesse sentido, somente os agentes dotados de algum senso crítico podem, ao longo de sua existência, modificar sutilmente a estrutura em prol de um conjunto que ultrapasse a si mesmos.

REFERÊNCIAS

BARRETO, R. **Índios e ambientalistas correm atrás de prejuízo causado por usina**. São Paulo, publicado por ISA, em 17-09-2001. Disponível em:
<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=43>> Acessado em: 30 jun. 2012.

BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discursos e impactos. *Revista Geografares*, n. 2, p. 56-63, jan. 2001.

- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.
- BOURDIEU, P. **Campo de poder, campo intelectual: itinerário de um conceito**. Buenos Aires: Montessor, 2002b.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.
- BOURDIEU, P. **A produção da crença**. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2008a.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008b.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2008c.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009a.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2009b.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009c.
- CAMPANHARO, L. S. L. O. Impactos socioambientais decorrentes da formação do reservatório da Usina Hidrelétrica Engº. Sérgio Motta no Município de Presidente Epitácio. **Enciclopédia Biosfera**, n. 1, p. 1-42, 2005.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO (CESP). Usina Hidrelétrica Porto Primavera. **Estudo de impacto ambiental: programas de controle ambiental** v. 3, jul. 1994.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. **Obras do Reservatório da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta**. CD-ROM. São Paulo, 2000.
- CORSETTI, B. Análise documental no contexto da metodologia qualitativa. **UNlrevista**, v. 1, n. 1: 32-46, jan. 2006.
- FARIA, J. H. Poder real e poder simbólico: o mundo das intrigas e tramas nas organizações. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 61-86.
- FELLET, J. **Polêmica sobre Belo Monte se arrasta há três décadas: entenda o caso**. In: BBC. Publicado em 05 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/04/110404_belo_monte_jf.shtml> Acesso em: 16 jul. 2011.
- FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, 2001.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 9-29.

PANDOLFI, M. A. Turismo e conflito por terra no Pontal. In: 12º ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA - EGAL: CAMINANDO EN UNA AMÉRICA LATINA EN TRANSFORMACIÓN, 2009, Montevideo - Uruguay. **Anais...** Montevideo: EGAL, 2009, p. 01-10.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SCARPINELLA, C. A. **Porto Primavera: o paradigma de análise e os processos de implantação**, 1999. 186 fls. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Energia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo.

SEVÁ, A. O. Conhecimento crítico das mega – hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais. In: 2º ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2004, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba: ANPPAS, 2004.

SILVA, L. F. **Reflexos culturais da população do Distrito Primavera expressos no léxico e nos topônimos**. 75 fls. Rosana: UNESP, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso.

SOUZA, E. A. **Reordenamento sócio-econômico e cultural das famílias atingidas pela UHE Engenheiro Sérgio Motta: reassentamentos Pedra Bonita e Santa Emilia/Santana-Brasilândia**, 2005. 166 fls. MS. Dissertação (Mestrado em Geografia) -: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP, Presidente Prudente.

SOUZA, A. N.; JACOBI, P. R. Expansão da Matriz Hidrelétrica no Brasil: as Hidrelétricas da Amazônia e a perspectiva de mais Conflitos Socioambientais. In: V ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE. 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPPAS, 2010.

THOMAZ, A. Nova face do conflito pela posse da terra no Pontal do Paranapanema: estratégia de classe entre latifúndio e capital agroindustrial canavieiro. **Revista Pegada**, v. 10, n. 1, Jun. 2009.

TUKSUMO, N. M. J. **Arquitetura na CESP**. São Paulo: CESP, 1994.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (orgs). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VIANNA, M. P. O desmonte e a conversão dos núcleos residenciais operários construídos pela CESP. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo v. 4, n. 2, p. 21-35, 2006.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural:

o caso das usinas hidrelétricas. ***Ambiente & Sociedade***, Campinas v. 10, n. 2, p. 119-35, jul./dez. 2007.

Elisângela Domingues Michelatto Natt

Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (2011). Endereço: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Maringá. Rua José Correa de Aguiar, nº 361, Jardim Leblon, CEP: 87053-276 - Maringá, PR – Brasil. E-mail - ellisdomingues@hotmail.com

Elisa Yoshie Ichikawa

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001). Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá. Endereço: Universidade Estadual de Maringá, Avenida Colombo, nº 5790, Zona Sete, CEP: 87020-900 - Maringá, PR – Brasil. E-mail - eyichikawa@uem.br